



ESSENTIA PCHs S.A.
(anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.)
CNPJ: 07.802.794/0001-56

Relatório da Administração

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

1. Considerações iniciais

A Companhia seguiu bastante ativa no exercício de 2022, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de tecnologias de ponta em automação em nossos negócios e digitalização de atividades suportes, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados.

Os Resultados Operacionais Consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 refletem um aumento na receita líquida vendas de energia de 10%, aumento nos custos operacionais principalmente pela repactuação do risco hidrológico no 3T21 (+R\$ 71.736 mil) e diminuição das despesas gerais e administrativas, principalmente, devido à mudança do critério de rateio das despesas com pessoal das áreas corporativas e tecnologia da informação.

A geração de caixa operacional das operações continuadas do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 210.329 mil em dezembro de 2022 que representa um aumento de +20,8% comparado com o mesmo período do ano anterior excluído o efeito não caixa da repactuação do risco hidrológico no 3T21 (R\$ 71.736 mil).

A administração da Companhia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante nos negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

2. Ambiente Macroeconômico

Encerramos o exercício de 2022 diante de um ambiente econômico doméstico e internacional desafiadores. Com os efeitos da pandemia da COVID-19 já assimilados, principalmente em virtude da significativa redução do contágio a partir do 3º trimestre do ano, a principal preocupação das autoridades no Brasil passou a ser o aumento da inflação, ocorrência mundial que apresentou rápida e importante evolução no Brasil, culminando com a elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com efeitos relevantes em vários segmentos da atividade econômica.

A atividade econômica mostrou sinais incipientes de perda de tração no exercício de 2022. O mercado de trabalho seguiu apresentando crescimento das contratações, com recuperação da renda. Estima-se crescimento de 3% do PIB em 2022 e crescimento projetado de 1,5% em 2023. O desempenho positivo do mercado de trabalho continuará sustentando o consumo das famílias em 2023, em um contexto em que a demanda doméstica tem se mostrado resiliente. A política monetária restritiva e o ambiente global, porém, contribuirão para a desaceleração da atividade. A inflação vem apresentando comportamento gradualmente mais benigno, inclusive em serviços. Como resultado, o IPCA encerrou 2022 em 5,8%. Em 2023, a inflação projetada permanece relativamente estável, em 2,7%. Diante disso, o Banco Central deve manter a taxa Selic estável em 13,75% por um período prolongado, com cortes apenas no final do ano, para 12,25%. Os riscos relacionados à economia global se mantêm. O aperto monetário de maior magnitude e duração nas economias desenvolvidas, o conflito no Leste Europeu e a expectativa de recessão à frente mantêm o grau de incerteza e a volatilidade dos ativos. Em adição, a atividade econômica mostra sinais de desaceleração. O controle da inflação continuará demandando uma política monetária restritiva neste e no próximo ano. A atuação dos bancos centrais continuará sendo o fator determinante para os preços de ativos e expectativas.

3. Ambiente Regulatório

Quanto aos aspectos legais e regulatórios, podemos destacar os seguintes eventos relevantes e que têm impactado a Companhia desde o segundo semestre de 2021: (i) a alteração do prazo final das outorgas de geração de energia elétrica, com o início do prazo vinculado à entrada em operação comercial dos empreendimentos, conforme previsto na Lei nº 14.120/2021; e (ii) a publicação das normativas necessárias para a solução de questões envolvendo o chamado Generation Scaling Factor - GSF, que vinha impactando de forma significativa o setor elétrico nos últimos anos.

Os efeitos decorrentes da alteração do prazo final das outorgas por força do disposto na Lei nº 14.120/2021 encontram-se vigentes e foram devidamente validados pela ANEEL, sendo aplicáveis a todas as SPEs, com exceção do Afluente Geração. Tais efeitos acarretaram a prorrogação do prazo final da outorga ao determinar o início a contagem do prazo da outorga a partir da entrada em operação comercial, conforme quadro abaixo:

SPE	Usina	Entrada em Operação Comercial	Data Final Outorga - Original	Novo Prazo Final da Outorga - Vigente (Lei nº 14.120/2021)
Bahia PCH	Sítio Grande	23-out-2010	10-dez-2029	23-out-2040
Afluente G	Alto Fêmeas I	-	19-out-2027	-
Afluente G	Presidente Goulart	-	08-ago-2027	-
Santa Cruz	São Domingos II	07-mai-2009	27-nov-2031	07-mai-2039
Galheiros	Galheiros I	09-nov-2012	05-ago-2040	09-nov-2042
Goiás Sul	Goandira	11-nov-2010	16-abr-2033	11-nov-2040
Goias Sul	Nova Aurora	19-jan-2011	25-jun-2034	19-jan-2041
Rio PCH	Pirapetinga	14-ago-2009	09-mar-2033	14-ago-2039
Rio PCH	Pedra do Garrafão	18-set-2009	19-mar-2033	18-set-2039

Relativamente ao endereçamento das questões envolvendo o GSF, após a publicação da Lei nº 14.052/2020, a ANEEL editou sua Resolução Normativa nº 895/2020 - posteriormente alterada pela Resolução Normativa nº 945/2021 - que prevê a metodologia de cálculo para extensão dos prazos das outorgas das usinas hidrelétricas em troca da renúncia das ações judiciais que discutem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e, consequentemente, da quitação dos débitos em aberto junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Tais resoluções reconhecem o direito à extensão dos prazos de outorga de todas as PCHs, os quais encontram-se garantidos, fato este que possibilitou ao Grupo registrar um ativo intangível no montante de R\$71.736 mil no exercício de 2021, referente ao valor presente líquido das extensões das outorgas das usinas e, em contrapartida, reconhecer a recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda, nos mesmos montantes.

Em outubro de 2021, as Controladas Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.; Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. e Bahia PCH I S.A. aderiram à repactuação do GSF, formalizando assim a desistência da ação judicial referente ao tema (Processo nº 0034944-23.2015.4.01.3400).

Em 11 de novembro de 2021, os saldos devedores na CCEE foram liquidados pelas controladas Santa Cruz, Galheiros e Bahia PCH nos respectivos montantes R\$ 35.877, R\$ 13.114 e R\$ 36.930.

Neste momento, o Grupo aguarda a conclusão dos cálculos de conversão dos valores liquidados nos respectivos prazos adicionais de outorga - adicionais ao efeito apresentado na tabela acima - os quais estão sendo conduzidos pela ANEEL e pela CCEE e que serão oportunamente reportados pela Companhia.

4. Responsabilidade Social e Ambiental

Desde sua criação, a Essentia PCHs tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da Essentia PCHs é gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios.

Desde 2021, foi desenvolvido o plano trienal de investimento social com o objetivo de garantir a implantação e continuidade de nossos projetos. As ações contempladas no plano de investimento social têm, dentre outros, os seguintes focos: (i) melhoria na qualidade da água suprida e condições de saneamento básico para cerca de 320 famílias no interior da Bahia; (ii) implantação de placas de geração solar em asilos, creches e hospitais contribuindo para a descarbonização da matriz energética e visando redução do custo com compra de energia para os beneficiados; (iii) fornecimento de equipamento e treinamento para combate a incêndios florestais para brigadas e corpos de bombeiros que atuam nas proximidades de nossas usinas visando a proteção das matas nativas; (iv) ampliação das oportunidades de trabalho nas comunidades vizinhas com base no desenvolvimento do turismo e técnicas de pesca; e (v) criação de centros de ensino de informática.

Em 2022, foram investidos R\$ 161 mil em Projetos Sociais. No terceiro trimestre, aplicamos R\$ 101 mil em ações sociais importantes: para o município de São Domingos (GO), em 20 de dezembro inauguramos o 1º Centro de Ensino de informática. A Essentia equipou toda a sala com o intuito de proporcionar qualidade e conforto aos alunos. Em São Desidério (BA), foram doadas 120 camisas e 120 mochilas para o Projeto Caminhando para o Futuro, desenvolvido pela Associação Atlética de Sítio Grande. Para a Rio PCH foram continuadas as ações do Projeto Social de conscientização ambiental desenvolvido nas comunidades ribeirinhas do rio Itabaopana (RJ).

Este ano, demos início ao Projeto "Natal Solidário da Energia - Faça a esperança brilhar!". Uma iniciativa da Essentia como empresa, com a participação do nosso time de colaboradores. Selecionamos 9 projetos e/ou instituições beneficentes que atendem crianças, idosos e famílias em vulnerabilidade social, nos municípios onde atuamos, com o objetivo de contribuir com cada um deles. Doamos alimentos, roupas, itens de higiene e brinquedos. Para essa primeira campanha tivemos números importantes, foram atendidas: 318 crianças, 73 idosos e 126 famílias.

Para dar cumprimento e conceder estrita observância às leis e regulamentos que se aplicam aos empreendimentos da companhia, a companhia executa diversos programas socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Os programas socioambientais em andamento são os abaixo relacionados: Programa de Monitoramento de Fauna terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Programa de Monitoramento da Vazão Afluente e Defluente; Programa de Monitoramento da Área de Preservação Permanente (APP); Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS); Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Monitoramento Limnológico, de Qualidade da Água e das Macrófitas Aquáticas; Programa de Controle de Zoonoses; Programa de Monitoramento Sedimentológico e Controle de Erosão; Programa de Monitoramento do Trecho de Vazão Reduzida (TVR); Programa de Monitoramento de Ruído; Programa de Produtividade Pesqueira; Programa de Saúde; Programa de Controle de Processos Erosivos; Programa de Monitoramento Geológico e Geotécnico.

Em 2022 foi dada continuidade à execução dos Programas ambientais acima listados. Os resultados desses Programas também são os norteadores para a gestão dos ativos e tomada de decisão, além do desenvolvimento de ações estratégicas para evitar e/ou minimizar os impactos negativos à saúde humana, ao meio ambiente e a poluição gerada.

Todos os empreendimentos fazem gestão dos seus requisitos legais e atendimento às suas Licenças ambientais. No ano de 2022 foi obtida a renovação de 03 Licenças ambientais, dentre elas a renovação da Licença de Funcionamento da PCH São Domingos II, esta renovação incluiu a revisão e finalização de algumas condicionantes ambientais, também nesse período foi finalizada as obrigações relacionadas à Compensação Ambiental da PCH Sítio Grande, localizada em São Desidério (BA).

5. Desempenho Econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita líquida foi de R\$ 301.932 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 10% (R\$ 27.362 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior que é decorrente substancialmente do reajuste do preço da energia e melhor hidrologia. Abaixo o quadro com a composição da receita líquida:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita com energia	316.202	287.092
(-) Impostos sobre vendas	(11.592)	(10.496)
(-) Encargos sobre concessão	(2.258)	(1.599)
(-) Pesquia e Desenvolvimento - P&D	(420)	(426)
301.932	274.570	

Geração Operacional de Caixa

O EBITDA é uma medida não contábil calculada a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utiliza esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional da Companhia. Abaixo o cálculo do EBITDA do exercício findo em dezembro de 2022 e 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	59.223	95.919
Depreciação e amortização	40.347	33.511
Resultado financeiro	101.265	100.352
Imposto de renda e contribuição social	9.495	16.132
EBITDA	210.329	245.914

A geração de caixa operacional das operações continuadas da Companhia, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 210.329 mil no exercício findo em dezembro de 2022 (-14,5% frente 2021), impactado principalmente pela repactuação do risco hidrológico no 3T21 (+R\$ 71.736 mil).

Resultado do exercício

O Grupo apurou um lucro líquido das operações continuadas, de R\$ 59.223 mil no exercício findo em dezembro de 2022, o que representa uma diminuição de R\$ 36.696 mil em relação ao lucro apurado no mesmo período de 2021, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	301.932	274.570
Custo do serviço de energia elétrica	(112.472)	(34.964)
Lucro bruto	189.461	239.606
Despesas gerais e administrativas	(19.479)	(27.203)
Resultado com participações societárias	-	-
Lucro operacional	169.982	212.403
Receitas financeiras	11.642	9.137
Despesas financeiras	(112.906)	(109.489)
Resultado financeiro	(101.265)	(100.352)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	68.717	112.051
Imposto de renda e contribuição social	(9.495)	(16.132)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	59.223	95.919

Operações descontinuadas

Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2022, a posição da dívida do Grupo era de R\$ 712.625 mil que representa uma redução de 0,06% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 cuja dívida total era de R\$ 761.662 mil.

6. Auditores Independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC) foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras anuais e revisão limitada das informações financeiras trimestrais.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas com honorários de auditoria totalizaram o montante de R\$ 977 mil. Em 31 de dezembro de 2021 as despesas totalizaram R\$ 718 mil.

7. Impactos da pandemia (COVID-19)

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela OMS devido ao rápido aumento dos casos de doenças relacionados ao novo Coronavírus (Sars-CoV-2). A Companhia continua adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

8. Agradecimentos

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.299	26.754	83.908	60.106	Fornecedores	20	52	5.440	11.485	13.336
Contas a receber	9	-	14.324	32.541	44.119	Débito em aberto	21	52.272	53.923	82.212	81.401
Estoque	10	-	-	637	638	Partes relacionadas	23	18.019	2.520	29.773	5.928
Tributos a recuperar	11	1.426	4.947	2.620	6.702	Tributos e obrigações trabalhistas	22	113	3.862	5.872	9.042
Despesas antecipadas	12	138	128	415	422	Provisão garantia física e penal	24	-	-	41.890	38.065
Partes relacionadas	23	83.466	66.434	-	1.045	Arrendamento	17	-	62	288	300
Outras contas a receber	13	-	555	2.318	1.971	Provisão desmobilização	24	-	2.307	-	2.307
Total do ativo circulante		101.329	113.142	122.439	115.003	Outras contas a pagar	-	-	368	-	2.371
Não circulante						Total passivo circulante		70.456	68.482	171.520	152.750
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Partes relacionadas	23	78.271	102.032	-	-	Débitos	21	526.625	558.382	630.413	680.261
Tributos a recuperar	11	6.436	352	6.436	352	Partes relacionadas	23	-	-	6.639	10.328
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	9.990	8.955	Provisão para contingências	25	72	54	8.639	10.328
Depósitos judiciais	9	-	20	173	2.425	Provisão para perda de investimento	24	39.138	50.408	-	-
Despesas antecipadas	12	-	-	2.295	2.572	Provisão desmobilização	24	-	13.801	-	13.801
Ativos financeiros	15	-	-	19.147	18.054	Arrendamento	17	-	272	863	1.387
Outras contas a receber	13	-	44	8.930	7.622	Outras contas a pagar	-	-	532	616	616
Total do ativo não circulante		84.707	102.448	46.971	39.980	Total do passivo não circulante		565.835	622.917	640.447	706.410
Investimentos	16	557.772	553.711	-	-	Patrimônio líquido					
Ativo de direito de uso	17	-	281	719	1.431	Capital social	26	69.557	149.625	69.557	149.625
Imobilizado	18	-	72.034	670.478	762.970	Ajuste de avaliação patrimonial	-	(21.096)	(21.096)	(21.096)	(21.096)
Intangível	19	3.915	5.260	112.471	128.342	Reserva Legal	-	13.911	14.954	13.911	14.954
Total do ativo não circulante		646.394	733.734	830.639	932.723	Dividendos adicionais propostos	-	-	11.994	-	11.994
						Reserva de Lucros	-	49.060	-	49.060	-
						Total atribuído aos acionistas da controladora		111.432	155.477	111.432	155.477
						Participação de não controladores	-	-	-	29.679	33.089
						Total patrimônio líquido		111.432	155.477	141.111	188.566
						Total passivo e Patrimônio líquido		747.723	846.876	953.078	1.047.726

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	Capital social		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reservas de Lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	subscrito	(-) Capital social a integralizar								
Em 01 de janeiro de 2021	361.221	(112.596)	(4.964)	8.796	8.670	-	261.127	25.337	286.464	(99.000)
Redução de capital	(211.596)	112.596	-	-	-	-	-	-	-	(99.000)
Aquisição 4,65% de participação societária na Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	(919)	-	-	-	(919)	(2.600)	(3.519)	-
Aquisição 10% de participação societária na Santa Cruz Power Corporation S.A.	-	-	(15.213)	-	-	-	(15.213)	7.115	(8.098)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.158	-	(6.158)	123.152	10.942	134.094	-
Reserva legal	-	-	-	-	(8.670)	(105.000)	(113.670)	(7.705)	(121.375)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	11.994	(11.994)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	11.994	-	155.477	33.089	188.566	-
Em 31 de dezembro de 2021	149.625	(21.096)	14.954	11.994	11.994	-	155.477	33.089	188.566	69.774
Em 01 de janeiro de 2022	149.625	(21.096)	14.954	11.994	11.994	-	155.477	33.089	188.566	69.774
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	64.022	5.752	69.774	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	49.060	-	(49.060)	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(1.043)	-	-	1.043	-	-	-
Distribuição de dividendos (i)	-	-	-	-	-	(11.994)	-	(7.796)	(19.790)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (i)	-	-	-	-	-	-	(16.005)	(1.366)	(17.371)	-
Acervo cindido por reestruturação societária (ii)	(80.068)	-	-	-	-	-	(80.068)	-	(80.0	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Essentia PCHs S.A. do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

em 31 de dezembro de 2022: (a) Contrato de compra e venda da Companhia: Em 20 de janeiro de 2022, a antiga acionista da Companhia, Kani Lux Holding S.A.R.L. (“Kani Lux”), celebrou um contrato de compra e venda de ações com o Pátria através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., por meio do qual Kani Lux se obrigou a vender as ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. A conclusão da operação estava sujeita à verificação ou renúncia de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a obtenção da aprovação dos empreendedores de sua controladora indireta, Contour Global plc, a obtenção de uma reorganização societária da Companhia para a segregação de determinados ativos e passivos relacionados à operação de geração de energia termoeleétrica, os quais não integram a Operação, e o consentimento de terceiros, nos termos de determinados contratos celebrados pela Companhia ou por sociedades por ela controladas. Em 20 de junho de 2022, a Companhia obteve todas as aprovações e cumpriu com todas as condições supracitadas para a conclusão da operação representada pelo contrato de compra e venda de ações por meio do qual o Pátria adquiriu através de suas investidas a Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., e a Kani Lux vendeu ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, com a transferência da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia para as investidas do Pátria supracitadas, cujo pagamento e fechamento da operação ocorreu em 30 de junho de 2022 mediante a assinatura do contrato. **(b) Reestruturação societária - Cisão das operações de geração de energia termoeleétrica:** Em 31 de maio de 2022, a antiga acionista da Companhia aprovou a operação de cisão parcial dos ativos e passivos da operação de geração de energia termoeleétrica para a empresa Contour Global Solutions Holding Ltda. A cisão teve como objetivo, atender uma das condições proposta no contrato de compra e venda de ações celebrado entre seu acionista controlador, Kani Lux Holdings S.A.R.L. (“Kani Lux”) e o Pátria através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., conforme descrito anteriormente. A parcela cindida do balanço da Companhia, anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A. e as parcelas absorvidas pela Contour Global Solutions Holding Ltda. encontram-se demonstradas abaixo:

	31/05/2022	
	Contour Global do Brasil Participações S.A. Controladora	Contour Global do Brasil pós-cisão. Participações S.A.
Caixa e equivalentes de caixa	35.740	19.338
Contas a Receber	14.780	14.780
Tributos a recuperar	5.802	4.304
Partes relacionadas	101.766	2 101.764
Despesas antecipadas	1.368	1.189
Outras contas a receber	46	26
Ativo circulante	159.105	33.500
Partes relacionadas	101.215	2 101.213
Depósitos judiciais	29	29
Investimentos	520.180	– 520.180
Ativo de direito de uso	237	237
Imobilizado	68.019	68.019
Provisão para contingência	4.244	– 4.261
Ativo não circulante	694.524	68.870
Total do ativo	853.629	102.370
Fornecedores	3.113	3.012
Debêntures	45.402	– 45.402
Partes relacionadas	12.188	193 11.995
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	3.224	1.665 1.559
Passivo de arrendamento	304	304
Provisão para desmobilização	2.307	2.307
Passivo circulante	66.538	7.481
Debêntures	541.859	– 541.859
Partes relacionadas	1	1
Provisão para contingência	391	391
Provisão para de investimento	50.411	– 50.411
Provisão para desmobilização	14.429	14.429
Passivo não circulante	607.091	14.821
Total do passivo	673.629	22.302
Capital social	149.625	80.068 69.557
Ajuste de avaliação patrimonial	(21.095)	– (21.095)
Reserva legal	14.954	– 14.954
Dividendos adicionais propostos	1	– 1
Lucros acumulados	36.515	– 36.515
Patrimônio Líquido	180.000	80.068
Passivo e Patrimônio Líquido	853.629	102.370

Descontinuidade de operações de geração de energia termoeleétrica: Em 20 de junho de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial das operações do segmento termoeletrico contido no mencionado na nota explicativa 1.1 (b), nesse sentido, os resultados relacionados às operações cindidas foram classificados como “operações descontinuadas”. Em conformidade ao procedimento contábil CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, apresentamos abaixo a demonstração dos resultados oriundos das operações descontinuadas supracitadas.

(i) Demonstração dos resultados

	Operações descontinuadas	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	36.309	84.367
Custo do serviço de energia elétrica	(23.439)	(42.910)
Lucro bruto	12.870	41.457
Despesas gerais e administrativas	(1.626)	(3.322)
Resultado operacional	11.244	38.135
Despesas financeiras	(693)	(150)
Resultado financeiro	(693)	(150)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.551	38.175
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Lucro líquido do exercício	10.551	38.175

(c) Pagamento de dividendos: Controladora: Em junho de 2022, a Companhia pagou dividendos à controladora Kani Lux Holdings S.A.R.L. no montante de R\$ 11.994. **Consolidado:** Em abril e setembro de 2022, a controlada Rio PCH I S.A. pagou dividendos nos montantes de R\$ 1.500 e R\$ 1.094, respectivamente, para sua acionista minoritária, PCH Administração e Participações. **(d) Recebimento de dividendos das controladas:** Durante o exercício, a controladora recebeu dividendos de suas controladas conforme segue:

Controlada	abr/22	set/22
Alteente Geração de Energia Elétrica S.A.	15.000	16.619
Goias Sul Geração de Energia S.A.	15.000	15.000
Rio PCH I S.A.	3.500	2.552
Bahia PCH I S.A.	19.000	22.586
	52.500	56.757

(e) Integralização de capital em controlada: Em 11 de março de 2022 a Companhia integralizou capital na controlada Santa Cruz Power Corporation Usina Hidroelétrica S.A. no montante de R\$ 4.000, deliberado na assembleia geral extraordinária (AGE) de 15 de dezembro de 2021. **1.2 Situação financeira:** O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço consolidado é de R\$ 49.081 (R\$ 37.747 em 31 de dezembro de 2021) e decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Total do ativo circulante	122.439	115.003
Total do passivo circulante	171.520	152.750
Capital circulante líquido negativo	(49.081)	(37.747)

A administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrológica, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente. A conclusão da administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do Grupo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação: A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível os acionistas da Controladora.

2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. **CPC 27 “Ativo Imobilizado”:** a alteração põe em linha com as normas internacionais de relatório financeiro o tratamento de custos de manutenção de ativos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **CPC25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **CPC 15 “Combinação de Negócios”:** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: (i) CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - “Arrendamentos” - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) CPC 37 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CPC 29 - “Ativos Biológicos” - remoção da exigência de mensurar os valores produzidos, fluxos de caixa os tributos (IRCS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. A Companhia e suas controladas analisaram as alterações nas normas contábeis acima e não constatarem impactos em suas operações e políticas contábeis. **2.1.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora antecipada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso na data do balanço não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenant), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a “IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments” para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações subsequentes e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.1.3 Controladas:** As controladas são consolidadas para fins de elaboração das demonstrações financeiras a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia controladora. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.:** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução

AutORIZATIVA nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MW, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELGA), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho nº 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012. Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 09 de novembro de 2042. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Galheiros e critério da ANEEL. **Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.:** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011, autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectada à com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV, a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Jacara. O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009). Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL. **Atuente Geração de Energia Elétrica S.A.:** Concessionário de energia elétrica, que opera as usinas hidrelétricas de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A UHE (Usina Hidrelétrica) Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a UHE Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 4 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais. A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelece o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para usina Presidente Goulart, enquanto para UHE Alto Fêmeas o prazo é até 19 de outubro de 2027, tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **Goias Sul Geração de Energia Elétrica S.A.:** Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora e PCH Sítio Grande, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandra (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandra, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24,00 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipermei. O início da operação comercial da PCH Goiandra foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandra que passa a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 19 de janeiro de 2041. As autorizações poderão ser prorrogadas a pedido da Goias Sul Geração de Energia Elétrica S.A. e critério da ANEEL. **Rio PCH I S.A.:** Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”) de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garraão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garraão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até a subestação de Mimoso do Sul, em bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Iperapurna. A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR). O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garraão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.528/2009). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garraão que passa a ser até 19 de setembro de 2039. As autorizações poderão ser prorrogadas a pedido da Goias Sul Geração de Energia Elétrica S.A. e critério da ANEEL. **Bahia PCH I S.A.:** Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 23 de outubro de 2040. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029. **2.1.4 Transações com partes relacionadas e não controladores:** Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do exercício do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras do exercício, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. **2.3 Demonstração de valor adicionado:** A apresentação da Demonstração de Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é realizada pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração de Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação não se alteraram em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais de 2021 e estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionadas abaixo: **• Provisões de passivos contingentes tributários, civis e trabalhistas.**

5. Gestão de risco

5.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: (a) risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Monitoramento das políticas de câmbio do Banco Central do Brasil
Risco de mercado - taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituição financeira de primeira linha Monitoramento dos limites de crédito e ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas. O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário (DI) e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Como objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela de demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o cenário de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela de demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o cenário de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela de demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o cenário de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela de demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o cenário de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela de demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o cenário de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Essentia PCHs S.A. do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

→ continuação

reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. **(e) Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por **impairment** são reconhecidas somente se há evidência objetiva de **impairment** como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo não identificou evidências de perda por **impairment** para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em banco e em caixa	96	1.845	649	6.313
Recursos em aplicações financeiras	16.203	24.909	83.259	53.793
	16.299	26.754	83.908	60.106

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados a uma taxa média de 99% (99% em 2021) do CDI, com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

9. Contas a receber

Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). A administração efetua análise criteriosa no caso a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desfeitas em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinadas na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de PECLD e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contas a receber é de R\$ 32.541 (R\$ 44.119 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado e R\$ 14.324 em 31 de dezembro de 2021 na controladora. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	–	12.305	32.165	41.878
Vencidos de 1 a 30 dias	–	1.684	–	1.684
Vencidos de 31 a 90 dias	–	–	376	–
Vencidos de 91 a 180 dias	–	2	–	8
Vencidos de 181 a 360 dias	–	285	–	285
Vencidos há mais de 360 dias	–	48	–	264
	–	14.324	32.541	44.119

10. Estoque

Política contábil: Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção das usinas ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado. **Composição:** Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de estoques é de R\$ 637 (R\$ 638 em 31 de dezembro 2021) no consolidado.

11. Tributos a recuperar

Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte ("IRRF"), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") e imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CSLL").

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
IRRF	–	1.067	791	2.285
COFINS e PIS a recuperar	–	130	187	630
IRPJ e CSLL	1.319	2.040	1.432	2.040
ICMS	–	1.674	–	1.702
INSS a compensar	26	20	26	20
Outros (i)	81	16	184	25
	1.426	4.947	2.620	6.702
Não Circulante				
IRRF	3.309	3.309	3.309	–
IRPJ e CSLL	3.127	–	3.127	–
ICMS sobre ativo imobilizado	–	352	–	352
	6.436	352	6.436	352
	7.862	5.299	9.056	7.054

(i) O saldo refere-se substancialmente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL retidos na fonte.

12. Despesas antecipadas

Política contábil: As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear, das licenças ambientais e de software, assim como a da repactuação do risco hidrológico para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Repactuação do risco hidrológico	–	–	276	280
Seguros	23	–	23	–
Licença ambiental	115	123	116	123
Licença de software	–	5	–	19
	138	128	415	422
Não circulante				
Repactuação do risco hidrológico	–	–	2.295	2.572
	–	–	2.295	2.572
	138	128	2.710	2.994

13. Outras contas a receber

Política contábil: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrer de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Adiantamento a funcionários	–	44	19	91
Adiantamento a fornecedores	–	491	955	792
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	–	–	1.344	1.008
Outros créditos	–	20	–	80
	–	555	2.318	1.971
Não circulante				
Neoenenergia S.A. (i)	–	44	8.902	7.286
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	–	–	28	336
	–	44	8.930	7.622
	–	599	11.248	9.593

(i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos à gestão da Neoenenergia S.A.

14. Depósitos vinculados a debêntures

Em 31 de dezembro de 2022, no consolidado era R\$9.990 (R\$ 8.955 em 31 de dezembro de 2021). Em 2022 os depósitos vinculados às debêntures compreendem apenas ao montante da controlada Santa Cruz, não movimentáveis, onde deve ser mantido o valor mínimo de R\$8.500.

15. Ativos financeiros

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica pela Afluente G, celebrado entre a Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração da Afluente G entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. (b) Parcela remanescente a determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores. O saldo referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA, é de R\$ 19.147 (R\$18.054 em 31 de dezembro de 2021).

16. Investimentos

Política contábil: Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O valor justo é oriundo da aquisição das controladas, Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH S.A. e Bahia PCH S.A. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O referido valor foi baseado no preço acordado no contrato de compra e venda das Companhias e sua realização é reconhecida com base no prazo de autorização e/ou concessão dos ativos identificados à época da compra.

(a) Movimentação do investimento

	Galheiros	Santa Cruz	Capuava	Afluente G	Goiás Sul	Rio PCH	Bahia PCH	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	70%	100%	
Em 01 de janeiro de 2021	57.169	3	50.811	49.871	75.335	51.247	44.130	328.566
Equivalência patrimonial	4.864	(5.265)	593	31.310	33.229	25.532	34.900	125.163
Realização do ajuste ao valor justo	–	–	–	(6.228)	5.154	1.023	3.056	3.005
Dividendos distribuídos	–	–	–	(11.665)	(22.351)	(17.979)	(63.481)	(114.986)
Integralização de capital	23.000	26.000	–	13.000	77.000	–	91.000	230.000
Incorporação	–	–	(51.404)	–	–	–	–	(51.404)
Aquisição de participação societária	2.600	(7.115)	–	–	–	–	–	(4.515)
Provisão para perda de investimento	–	(13.623)	–	–	–	–	–	(13.623)
31 de dezembro de 2021	87.633	–	–	76.288	168.367	59.823	161.600	553.711
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	70%	100%	Total do investimento
Em 01 de janeiro de 2022	87.633	–	–	76.288	168.367	59.823	161.600	553.711
Equivalência patrimonial	6.438	7.270	–	30.991	22.874	13.421	44.159	125.152
Realização do ajuste ao valor justo	–	–	–	(6.228)	5.154	1.023	3.056	3.005
Integralização de capital	–	–	4.000	–	–	–	–	4.000
Dividendos distribuídos	–	–	–	(22.308)	(23.675)	(18.191)	(24.866)	(89.040)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.191)	–	–	(7.469)	(5.432)	(3.187)	(10.488)	(27.787)
Reclassificação para perda de investimento	–	(11.270)	–	–	–	–	–	(11.270)
31 de dezembro de 2022	92.880	–	–	71.254	167.288	52.889	173.461	557.772

(b) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

	Participação		Patrimônio Líquido		Resultado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Galheiros Geração de energia elétrica S.A	100%	100%	92.880	87.632	6.438
Santa Cruz Power Corporation S.A.	100%	100%	(39.138)	(50.407)	7.270
Capuava	0%	0%	–	–	593
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	100%	71.254	76.288	24.763
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	100%	167.288	168.367	28.028
Rio PCH I S.A.	70%	70%	52.889	59.824	14.444
Bahia PCH I S.A.	100%	100%	173.461	161.600	47.215
Total Investimento + Provisão para perda			518.633	503.304	128.157

16.1 Transações com não controladores: Aquisição de participação adicional em controlada. Em 04 de outubro de 2021, a Companhia adquiriu participação adicional de 4,35% das ações da controlada Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. pela contraprestação de R\$ 3.519, sendo R\$ 525 pagos através de desembolso de caixa e o saldo de R\$ 2.994 através de compensação dos saldos de contas a receber e a pagar. O valor contábil da participação não controladora da adquirida era R\$ 2.600. A Companhia baixou a participação não controladora de R\$ 2.600 e registrou uma redução no patrimônio líquido relacionada da aquisição avaliação patrimonial no montante de R\$ 919. Em 03 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu participação adicional de 10% das ações da controlada Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. pela contraprestação de R\$ 8.098, sendo R\$ 8.000 pagos através de desembolso de caixa e o saldo de R\$ 98 pagos através de compensação dos saldos de contas a receber e a pagar entre a Companhia e a VHT Gestão Empresarial e Participações Holding Ltda. A partir dessa aquisição, a Companhia passou a deter 100% do capital dessa investida. O valor contábil da participação não controladora da adquirida era R\$ 7.115. A Companhia baixou a participação não controladora de R\$ 7.115 relativo ao passivo a descoberto e registrou uma redução no patrimônio líquido relacionada ao ajuste avaliação patrimonial no montante de R\$ 15.213. Os efeitos da mudança de participação na Companhia no patrimônio líquido atribuído aos acionistas durante o exercício de 2021 estão resumidos a seguir:

	Galheiros	Santa Cruz
	2.600	(7.115)
	(3.519)	(6.098)
	(919)	(15.213)

17. Arrendamento

Política contábil: A Companhia efetua o arrendamento de veículos onde os valores das aquisições realizadas no exercício de 2021 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos veículos cujo prazo é de três anos, considerando uma taxa de inflação de 3,8% ao ano e atualizados a valor presente à uma taxa de desconto de 10,58% ao ano. **(a) Ativo de direito de uso:** A movimentação de saldos do ativo de uso é evidenciada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				
Ativo de direito de uso	–	281	719	1.431
	–	281	719	1.431

Movimentação

	Controladora	Consolidado
Ativo		
Em 1º de janeiro	–	–
Adição	316	1.610
Depreciação	(35)	(179)
31 de dezembro de 2021	281	1.431
Depreciação	(44)	(475)
Cisão	(237)	(237)
31 de dezembro de 2022	–	719

(b) Passivo de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante				
Total do passivo circulante	62	288	300	300
	62	288	300	300
Passivo Não Circulante				
Total do passivo não circulante	272	863	1.387	1.387
	272	863	1.387	1.387

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Essentia PCHs S.A. do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

*(continuação) (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de Debêntures	Controladora		Passivo não circulante		Total Geral	Consolidado			
	Natureza	Passivo circulante	Natureza	Passivo não circulante		31/12/2022	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	(-) Custo de Colocação		(-) Custo de colocação						
	Debêntures	Total	Debêntures	Debêntures	Total	Total Geral			
Movimentação									
Saldo em 01/01/2021	9.645		83.025	(7.463)	75.562	85.207			
Ingresso	125.900	125.900	499.100	(24.153)	474.947	600.847			
Provisão de juros	15.873	15.873	-	-	-	15.873			
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	-	7.873	7.873	7.873			
Liquidação do principal	(92.475)	(92.475)	-	-	-	(92.475)			
Liquidação dos encargos	(5.020)	(5.020)	-	-	-	(5.020)			
Transferência	-	-	-	-	-	-			
Saldo em 31/12/2021	53.923	53.923	582.125	(23.743)	558.382	612.305			
Saldo em 01/01/2022	53.923	53.923	582.125	(23.743)	558.382	612.305			
Provisão de juros	85.011	85.011	-	-	-	85.011			
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	-	2.493	2.493	2.493			
Liquidação do principal	(42.875)	(42.875)	-	-	-	(42.875)			
Liquidação dos encargos	(78.037)	(78.037)	-	-	-	(78.037)			
Transferência	34.250	34.250	(34.250)	-	(34.250)	-			
Saldo em 31/12/2022	52.272	52.272	547.875	(21.250)	526.625	578.897			

Empresas	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Ventos de Santo Augusto III Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	46	-	-
Ventos de Santo Augusto V Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	37	-	-
		-	1.009	-	-
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	Contratos de mútuo	-	-	-	1
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	Dividendos a pagar	13.444	-	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	2.561	-	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	11.754	-	5.192	-
		27.759	-	5.192	-
Asa Branca V Energia Elétrica S.A.	Contas a pagar	-	-	17	-
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Contas a pagar	-	-	191	-
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Contas a pagar	-	-	3	-
		-	-	211	-
Total		29.773	1.045	5.928	17

Movimentação	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total
	Custo compartilhado	Contas a receber	Outras contas a receber	Contrato de mútuo	
Saldo em 01/01/2021	102	3.450	3.552	584	222.662
Ingresso	-	-	-	-	-
Resultado	81	-	81	-	(672)
Liquidação	(731)	(3.450)	(4.181)	-	(235.971)
Provisão de juros	-	-	-	-	7.491
Varição cambial	-	-	-	-	12.403
Compensação pela aquisição de minoritários	-	-	-	-	(5.913)
Transferência	584	1.009	1.593	(584)	(1.593)
Saldo em 31/12/2021	36	1.009	1.045	16	15.684
Saldo em 01/01/2022	36	1.009	1.045	16	15.684
Ingresso	159	-	159	-	5.211
Resultado	4.641	(1)	4.640	-	15.730
Liquidação	(4.836)	(1.008)	(5.844)	-	-
Saldo em 31/12/2022	102	3.450	3.552	584	222.662

Empresas	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Movimentação					
Saldo em 01/01/2021	7.613	21.091	28.704	60.821	215.684
Ingresso	12.374	-	121.518	(2.119)	(2.119)
Resultado	1.157	-	1.157	(78)	(693)
Pagamento	(21.227)	(137.394)	(158.621)	(58.000)	(174.899)
Provisão de juros	-	-	-	-	(173.992)
Varição cambial	-	-	-	-	5.211
Compensação pela aquisição de minoritários	-	(23)	(23)	-	15.730
Transferência	608	211	819	(211)	(819)
Saldo em 31/12/2021	525	211	5.192	16	17
Saldo em 01/01/2022	525	211	5.192	16	17
Ingresso	6.731	-	37.162	43.898	-
Resultado	10.205	-	10.205	-	(1)
Liquidação	(15.435)	(211)	(14.595)	(30.242)	(16)
Provisão de juros	-	-	-	-	-
Varição cambial	(12)	-	(12)	-	-
Saldo em 31/12/2022	2.014	27.759	29.773	2.014	2.014

Empresas	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	Despesa de custo compartilhado	(577)	-	(4.558)	(8.567)
Infra estrutura Brasil Holding I	Reembolso	(729)	-	(729)	-
Infra estrutura Brasil Holding IV	Reembolso	(1.285)	-	(1.285)	-
		(2.591)	-	(6.572)	(8.567)
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	(458)	-	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	1.330	1.085	-	-
Capuava Energy S.A.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	(749)	-	-
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	(533)	-	-
Rio PCH I S.A.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	11.666	1.809	-	-
Bahia PCH I S.A.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	(444)	-	-
Asa Branca VI Energias Renováveis Ltda.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	(490)	-	(490)
Asa Branca V Energias Renováveis Ltda.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	3.408	-	3.408
Asa Branca V Energias Renováveis Ltda.	Receita (despesa) de juros de contratos de mútuo	-	(638)	-	(638)
		12.996	2.790	-	2.280
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Atualização monetária de contratos de mútuo	262	-	-	-
		262	-	-	-
Contour Global LATAM S.A.	Varição cambial	-	(721)	-	(721)
Contour Global Solar Holdings	Varição cambial	-	-	12	-
Kanil Lux Holdings S.A.R.L.	Varição cambial	-	(2.399)	-	(2.399)
Contour Global Wordwild Holdings	Varição cambial	-	-	-	-
Contour Global Terra Holdings S.A.R.L.	Varição cambial	-	(207)	-	(207)
		10.667	(3.327)	12	(3.227)

Total das despesas Em 31 de dezembro de 2021 e durante os seis primeiros meses do ano de 2022, o Grupo mantém contratos de compartilhamento de custos com partes relacionadas, conforme descrito abaixo. **(a) Compartilhamento de custos e despesas entre empresas do Grupo:** Contrato de compartilhamento de custos e despesas entre a Companhia e as controladas, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas. **(b) Compartilhamento de despesas escritório de São Paulo:** Contrato de compartilhamento de despesas com a Contour Global do Brasil Holding Ltda., com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal e tecnologia da informação, as quais são repassadas ao Grupo com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes. **(c) Compartilhamento de custos e despesas do Centro de Inteligência:** Contratos referentes aos custos da sala de controle e centro de inteligência com a Contour Global do Brasil Holding Ltda., respectivamente. O centro de inteligência de Natal - RN tem por finalidade, monitorar as operações de todas as usinas hidrelétricas e eólicas do Grupo Contour no Brasil; nesse sentido, os custos incorridos nessa filial são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. Em 30 de junho de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações (Pátria) através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Companhia e suas controladas. Durante o segundo semestre de 2022 não ocorreram compartilhamento entre as empresas do Grupo. Porém os custos incorridos pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (empresas que também são investidas do Pátria Infraestrutura IV) relacionadas à Essentia PCHs e suas controladas, durante os meses de julho a dezembro de 2022, foram repassadas para a Companhia no montante de R\$2.014. **Dividendos:** São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária. **Contas a receber:** Os saldos de contas a receber são compostos substancialmente por transações de venda de energia ocorridas entre as empresas do Grupo e controladas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia até o mês de junho de 2022 era paga como honorários de prestação de serviços pela controladora e pelas controladas da Companhia. Em 30 de junho de 2022 o montante acumulado de remuneração do pessoal-chave da administração era de R\$ 1.705 (R\$ 3.314 em 31 de dezembro de 2021). A partir de 30 de junho de 2022, com a alteração dos controladores, não houve novos valores de remuneração, visto que a administração do Grupo do qual a Companhia está inserida, é consolidada em uma única empresa e ainda não foi realizado um contrato de compartilhamento.

Empresas	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Contour Global LATAM S.A.	Custo compartilhado	102	-	53	-
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Custo compartilhado	209	-	-	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Custo compartilhado	-	-	-	-
Contour Global do Brasil Holding Ltda	Custo compartilhado	-	-	6	57
Chapada do Piauí I Holding S.A	Custo compartilhado	-	-	3	-
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Custo compartilhado	158	-	102	-
Goias Sul Geração de Energia S.A.	Custo compartilhado	408	-	897	-
Rio PCH I S.A.	Custo compartilhado	330	-	1.223	1.476
Bahia PCH I S.A.	Custo compartilhado	211	-	817	200
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Reembolso	-	729	-	-
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	Reembolso	-	1.285	-	-
		1.418	2.014	3.101	1.733
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	123	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Contas a receber	-	-	241	-
Asa Branca IV Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	1	-
Asa Branca V Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	40	-
Asa Branca VI Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	4	-
Asa Branca VII Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	71	-
Asa Branca VIII Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	2	-
Ventos de Santa Joana I Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	2	-
Ventos de Santo Augusto V Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	3	-
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Contas a receber	-	-	85	-
Goias Sul Geração de Energia S.A.	Contas a receber	-	-	18	-
Rio PCH I S.A.	Contas a receber	-	-	37	-
Bahia PCH I S.A.	Contas a receber	-	-	47	-
		-	-	674	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Outras contas a receber	2.798	-	2.798	-
		2.798	-	2.798	-
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	Dividendos a pagar	-	13.444	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	-	2.561	-	-
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Dividendos a receber	1.585	-	394	-
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Dividendos a receber	7.489	-	9.311	-
Goias Sul Geração de Energia S.A.	Dividendos a receber	17.653	-	18.546	-
Rio PCH I S.A.	Dividendos a receber	27.442	-	12.115	-
Bahia PCH I S.A.	Dividendos a receber	10.488	-	16.721	-
		64.657	16.005	57.087	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Contratos de mútuo	-	25.810	-	21.201
Rio PCH I S.A.	Contratos de mútuo	14.593	52.461	-	80.831
		14.593	78.271	2.774	102.032
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Contas a pagar	-	-	-	178
Asa Branca V Energias Renováveis Ltda.	Contas a pagar	-	-	-	17
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Contas a pagar	-	-	-	191
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Contas a pagar	-	-	-	3
Rio PCH I S.A.	Contas a pagar	-	-	-	204
Bahia PCH I S.A.	Contas a pagar	-	-	-	194
		-	-	-	787
Total		83.466	78.271	18.019	66.434
					102.032

22. Tributos e obrigações trabalhistas a pagar Política contábil: Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, predominantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

Imposto de renda e Contribuição social a pagar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS a pagar	-	85	2.856	2.865
PIS e COFINS a pagar	-	1.476	27	1.486
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	-	7	60	71
Salários e encargos sociais	79	834	1.201	1.634
IOF a pagar	-	187	1.403	471
Outros	31	1.273	156	2.392
	-	-	-	123
	3	-	169	-
	113	3.862	5.872	9.042

23 Partes relacionadas Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Empresas	Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Contour Global LATAM S.A.	Custo compartilhado	102	-	53	-
Galheiros Geração de energia elétrica S.A.	Custo compartilhado	209	-	-	-
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Custo compartilhado	-	-	-	-
Contour Global do Brasil Holding Ltda	Custo compartilhado	-	-	6	57
Chapada do Piauí I Holding					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Essentia PCHs S.A. do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022

→ continuação

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto: (i) Trabalhistas: Reclamações Trabalhistas que tem por principais matérias: retificação de perfil profissional, indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais e participação nos lucros. (ii) Tributárias: processos judiciais e administrativos, que tem como matéria mais relevante, diferença de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias. (iii) Ambientais: - Autos de Infracção lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de Ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação; - Autos de Infracção lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados; - 2 ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente. (iv) Cíveis: Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

26. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total Participação - %	Quantidade de ações	Total
Kani Lux Holdings SARL	-	-	99,99%	217.869.007	149.624
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	-	-	0,01%	1	1
Infraestrutura Brasil Holding XVII	84%	183.009.967	58.428	-	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX	16%	34.859.041	11.129	-	-
		217.869.008	69.557	100%	217.869.008

Em 31 de maio de 2022, como mencionado na nota explicativa 1.1.(a), em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reestruturação societária da Companhia, anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A., e consequentemente, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia, sendo parte como redução do capital social no valor de R\$ 80.068. (b) Reserva legal: É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social. Em 2022, devido a cisão parcial da Companhia e redução do capital social em R\$ 80.068, o limite da reserva legal da Companhia foi ultrapassado e por isso o valor de R\$ 1.043 foi revertido. (c) Dividendos: Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais pela Companhia, referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 11.994, o qual foi totalmente pago durante o exercício. Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais da controlada Rio PCH I, referente ao exercício de 2021, sendo a participação de não controladores o montante de R\$ 7.796. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago o valor total de R\$ 2.594. A Companhia registrou dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nos montantes de R\$ 13.444 e R\$ 2.561 para suas acionistas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., respectivamente. A controlada Rio PCH I registrou dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para não controladores no valor total de R\$ 1.365.

(d) Lucro básico e diluído por lote de mil ações

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia proveniente de operações continuadas	53.471	84.977
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia proveniente de operações descontinuadas	10.551	38.175
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	217.869	333.371
Lucro básico e diluído atribuído por lote de mil ações das operações continuadas - R\$	0,25	0,25
Lucro básico e diluído atribuído por lote de mil ações das operações descontinuadas - R\$	0,05	0,11
Lucro básico e diluído atribuído por lote de mil ações das operações total - R\$	0,29	0,37

27. Receita líquida de vendas

Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos de concessão e pesquisa e desenvolvimento P&D. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia hidroelétrica de longo prazo com duração média de 30 anos, firmados com distribuidoras de energia, além de contratos de fornecimento de energia elétrica e vapor, provenientes de plantas de cogeração, cujas condições foram acordadas livremente com indústrias diversas também no longo prazo com duração média 20 anos, sujeitos a renovação. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	316.202	287.092
(-) Impostos sobre vendas	(11.592)	(10.496)
(-) Encargos sobre concessão	(2.258)	(1.599)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(420)	(426)
	301.932	274.570

28. Custo de venda de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo de venda de energia elétrica	42.987	(20.610)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	8.263	5.850
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	61.221	49.724
Custo de operação (b)	112.471	34.964

(a) Custo de transmissão e venda de energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de transmissão	8.263	5.850
Energia elétrica comprada para revenda (i)	8.263	5.850
Custo de liquidação CCEE	35.422	49.356
(-) Repactuação GSF (ii)	7.565	1.771
	42.987	(20.610)

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física das Companhias Santa Cruz, Galheiros, Afluente G, Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I. (ii) Refere-se a repactuação do risco hidrológico: Conforme divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o Grupo estava monitorando o processo relacionado a regulamentação da Lei nº 14.052 que trata da compensação, mediante prorrogação dos prazos dos contratos de autorização/concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de: i) restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e, ii) diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme critérios técnicos aplicados pelo poder concedente às demais usinas hidrelétricas. Em 06 de julho de 2021 a Companhia manifestou interesse em adesão aos termos de extensão da outorga de suas usinas hidrelétricas participantes do MRE de que trata a Lei nº 14.052. Em 03 de agosto de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou a resolução homologatória N° 2.919 cujos cálculos do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública por usina participante do Grupo estão apresentados abaixo.

Usinas	Impacto Financeiro - Valor Atual (Em milhões de reais)	Fim da extensão da outorga
São Domingos II	16,74	Maio de 2039
Galheiros I	5,59	Novembro de 2042
Sítio Grande	16,41	Outubro de 2040
Correntina	3,40	Agosto de 2027
	42,14	

Em 14 de setembro de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou uma outra resolução homologatória N° 2.932 que incluiu mais usinas no escopo da extensão de outorga cujos cálculos para as demais usinas participantes do Grupo estão apresentados abaixo.

Usinas	Impacto Financeiro - Valor Atual (Em milhões de reais)	Fim da Extensão da Outorga
Alto Fêmeas I	4,05	Outubro de 2027
Pedra do Garrafão	5,58	Setembro de 2039
Pinapelinga	6,58	Agosto de 2039
Goiás Sul Goiandira	7,78	Novembro de 2040
Nova Aurora	5,60	Janeiro de 2041
Total	29,59	

Em 2021, o Grupo registrou um ativo intangível (Nota 19) em contrapartida reconheceu uma recuperação de custos nesta rubrica de Energia elétrica comprada para revenda. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão foram ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina.

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo de operação	7.430	8.093
Pessoal	14.252	9.236
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	135	144
Depreciações e amortizações - direito de uso	39.404	32.251
Depreciações e amortizações	61.221	49.724

29. Despesa gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	3.046	3.617		
Despesas tributárias	470	4.746		
Outras despesas operacionais	220	62		
Seguros	57	-		
Depreciações e amortizações	808	1.116		
Receitas e (despesas) compartilhadas (nota 22)	577	-		
	5.178	9.541		
	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	5.418	7.513		
Aluguéis	10	22		
Seguros	5.891	3.699		
Despesas tributárias	656	4.367		
Outras despesas operacionais	124	1.806		
Depreciações e amortizações	808	1.116		
Perda na baixa do imobilizado	-	112		
Despesas compartilhadas (nota 22)	6.572	8.568		
	19.479	27.203		

30. Resultado financeiro

Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais, taxas, tarifas e multas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa financeira				
Juros sobre debêntures	(85.011)	(15.873)	(97.341)	(46.957)
Amortização de custos de emissão de dívida	(2.493)	(7.873)	(2.576)	(7.975)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(8.083)	(15.088)

Diretoria

Leonardo Augusto Serpa
Diretor

Eduardo Bechara de Rosa
Diretor

Thamiris Cristina de Jesus Oliveira
CRC SP303389/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.) e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.) e da Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Monitoramento dos índices de covenants
Conforme descrito na Nota 21, a Companhia e As evidências de auditoria consideradas apropriadas e sua controlada Santa Cruz Power Corporation suficientes foram obtidas por meio de procedimentos Usinas Hidroelétricas S.A. mantêm contratos substantivos de auditoria, a saber: de dívidas com cláusulas restritivas (*cove-* (i) Leitura dos contratos de endividamento, visando *enants* com os devedores. Caso a Companhia e sua controlada não consigam cumprir com as cláusulas restritivas (*covenants*) de cumprimento das cláusulas pactuadas. seus contratos, tais operações poderão ser (iii) Teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros declaradas vencidas antecipadamente, o que previstos nas cláusulas de *covenants*, com base na reponderia motivar uma reclassificação desses resultados demonstrações financeiras; considerando análise e passivos não circulantes para circulante. interpretação dos seus componentes financeiros. O monitoramento desse assunto foi considerado (iv) Confirmação, por meio do envio das cartas de do significativo para a nossa auditoria, devido a confirmação às instituições financeiras, dos saldos em à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras. aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros, entre outras informações.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com captação de empréstimos	(290)	(180)	-	(635)
Variação cambial	-	(759)	-	(764)
Atualização financeira direito de uso	-	-	-	(171)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia	-	-	(3.443)	(24.385)
Atualização financeira da provisão de desmobilização	-	(1.367)	-	(1.367)
Outras despesas financeiras	3	(3.974)	(1.464)	(8.820)
	(87.791)	(30.026)	(112.906)	(106.162)

Despesa financeira com partes relacionadas

Resultado com partes relacionadas				
Variação cambial	-	(3.327)	-	(3.327)
	-	(3.327)	-	(3.327)
	(87.791)	(33.353)	(112.906)	(109.489)

Total das despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	2.486	1.994	9.842	4.294
Variação cambial	22	-	22	-
Atualização ativo financeiro	-	-	1.092	1.827
Outras receitas	94	134	684	735
	2.602	2.128	11.641	6.857

Receita financeira com partes relacionadas

Resultado com partes relacionadas	13.258	2.790	-	2.280
	13.258	2.790	-	2.280
	15.860	4.918	11.641	9.137
	(71.931)	(28.435)	(101.265)	(100.352)

Total das receitas financeiras

Resultado financeiro

31. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social: Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à